



DISCURSO DO JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS, EM OCASIÃO DA XIII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA OISC-CPLP – LUANDA - 2025

Excelências,
Minhas senhoras e Meus senhores,

Inicia-se hoje a XIII Assembleia Geral Ordinária da Organização das Instituições Superior de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Serão 2 dias de intensa reflexão, sobre um tema da maior actualidade e relevância: *As Alterações Climáticas e seus Impactos*.

O meio ambiente, sendo um património público, passa a integrar o universo de bens públicos cuja utilização, guarda, administração e conservação estão sujeitos ao controlo externo dos Tribunais de Contas.

A noção de património público, assim como a de meio ambiente, varia de acordo com o estágio de desenvolvimento em que cada sociedade se encontra; da visão ideológica dominante, objectivando o alcance de uma melhor qualidade de vida.

Quando se fala em património público, muitos ainda conservam uma visão ultrapassada, em nossa opinião, de que tal conceito apenas engloba os bens e valores públicos em sentido estrito, não fazendo menção ao Ambiente.

Sucedem que, na nossa visão, o meio ambiente deve integrar, para todos efeitos, o conceito de património público, ensejando, da mesma forma, uma fiscalização tão ou mais rigorosa e aprofundada do que a fiscalização tradicionalmente efectuada com relação aos demais bens e valores públicos.

É evidente que essa compreensão tem evoluído ao longo do tempo, basta recordarmos o papel central que as Cortes de Contas têm assumido, ao nível dos principais fóruns internacionais, enquanto avalistas das políticas públicas atinentes à acção climática, designadamente, no quadro das Nações Unidas, no contexto da Agenda 2030.

É neste contexto que se inserem os Tribunais de Contas, como titulares da competência para verificar a aplicação dos recursos públicos, não somente no que se refere ao aspecto contábil-legalista, mas da economia, eficiência e eficácia, como esses recursos são efectivamente, aplicados e de que



maneira os mesmos se reflectem na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Por isso, e por estarmos cientes disso, é com muito gosto que acolhemos essa Assembleia Geral Ordinária da OISC-CPLP, um evento que tem, para o nosso Tribunal e para o nosso País, a particular singularidade de ser realizado no mesmo ano que se comemora o jubileu da nossa Independência.

Excelências,

Minhas senhoras e Meus senhores,

Permitam-me que dê uma nota positiva à ideia da realização do evento, de forma rotativa, com a presença de todos e nos diversos países membros da organização.

Trata-se de um gesto simbólico que aproxima a justiça dos cidadãos, numa lógica de que os temas subjacentes ao Controlo Externo constituem uma preocupação partilhada.

Isto, de per si, demonstra como as Cortes de Contas dos países da comunidade lusófona formam e querem continuar a formar valores essenciais à Democracia; ao Estado de Direito e à interdependência de funções com os demais órgãos de soberania.

A este respeito, recordo-me do amável convite formulado pelo Venerando Presidente do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, no ano em curso, ao qual acedemos com agrado, para dirigir uma comunicação de honra sobre *“O Papel Insubstituível do Tribunal de Contas”*, numa altura em que se avaliavam os efeitos de uma alteração legislativa que reduziu drasticamente os emolumentos daquele egrégio Tribunal, com um impacto perverso no seu auto-governo.

Esses encontros têm também a intenção de, no quadro das nossas atribuições, enquanto organização, prevenir intervenções radicais, acompanhando o modo como são aplicados os institutos jurídicos, devolvendo o seu espírito original, ou, numa outra perspectiva, introduzir as correcções que no caso em concreto se justifiquem.

A nossa organização, pode ter um papel ainda mais activo na influência das melhores práticas de fiscalização do erário, sempre limitada, obviamente, pelos princípios da



- i) independência de cada Instituição e pelo ordenamento jurídico que a rege;
- ii) ii) da Igualdade entre os membros, sua participação e integração em todos os níveis e estruturas da OISC-CPLP; e
- iii) iii) a observância de todos os outros princípios constantes no artigo 4.º do Estatuto da nossa Comunidade Jurídica.

O cumprimento deste propósito será, seguramente, um instrumento positivo que vai permitir a nossa Organização encontrar a sua vocação de modernidade e demonstrar a sua capacidade de adaptação às exigências do nosso tempo.

Excelências,

Minhas senhoras e Meus senhores,

Este evento é uma demonstração clara de meta comum e da grande capacidade da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa fazer pontes. É esta Ponte, a ponte da Língua Portuguesa, que permite a união entre brasileiros, portugueses, africanos e asiáticos, reconhecendo nela um património cultural, histórico e jurídico comum; Uma língua que apesar de não dispor de um território contínuo, ocupa vastas regiões separadas e espalhadas por vários continentes; E o facto de não ser uma Língua privativa de uma única comunidade, mas ser sentida como sua, por igual, em comunidades distanciadas, manifesta uma grande diversidade interna, consoante as regiões e os grupos que a usam.

Exclências,

A língua portuguesa é, na actualidade,

- a 5.ª Língua mais falada no mundo;
- Com mais de 250 milhões de falantes, espalhados pela América do Sul, Europa, África e Ásia;
- É a língua mais falada no hemisfério sul;
- É a língua oficial de trabalho na UNESCO; na União Africana; na União Europeia; no Mercosul e em diversos organismos das Nações Unidas; Isto, certamente, justifica a grande satisfação que é para todos nós, o facto de o actual Secretário-Geral das Nações Unidas, pela primeira vez na história, ser falante de Português.

Assim sendo, entre os desafios da nossa organização, é um imperativo de justiça a nossa ambição partilhada para a introdução do português como língua oficial ao nível da Organização Internacional das Instituições



Superiores de Controlo, a INTOSAI.

Por outro lado, eliminar o défice da comunicação, neste momento, é uma necessidade imperiosa e uma forma de permitir, a todos os títulos, uma avaliação mais rigorosa da nossa acção, tanto por parte da nossa comunidade jurídica, quanto por parte dos cidadãos que integram os nossos Estados. Foi, aliás, sobre COMUNICAÇÃO que gravitou os trabalhos da edição passada da nossa Assembleia Geral, na Guiné-Bissau.

O Controlo Externo em Acção depende de nós. Entretanto, é urgente sairmos do “quietismo tanático” a que nos parece estarmos a gravitar. Parece-me assente que, em sede da nossa organização, não nos propomos avaliar o nível organizacional, nem de qualificação das ISCs que a integram.

E é pensando numa nova forma de governança, que temos de nos desafiar, a nós mesmos, a equacionar uma reforma estruturante, que mais se ajuste às exigências das nossas ISCs e, consequentemente, da OISC-CPLP.

Ao assumirmos a presidência da organização, pretendemos seguir as importantes reflexões da mesma e a partir delas, retirar contributos para o esforço que deveremos desenvolver, mas que as faremos em perfeita sintonia e colaboração.

A título de exemplo, é imprescindível perceber, no quadro da nossa organização, o grande fosso de desenvolvimento existente entre as ISCs, e com isso, buscar, conjuntamente, soluções que possam auxiliar técnica e pedagogicamente àquelas cujo nível de desenvolvimento se mostre anormalmente baixo. Os tempos exigem de nós uma abertura a todos os níveis, mesmo nos domínios mais tradicionais.

Devemos identificar a melhor abordagem para que instituições como o Instituto Rui Barbosa; a ATRICON; a ABRACON; a Escola de Contas do Tribunal de Contas do Tribunal do Tocantins e demais instituições com vocação nas finanças públicas e no controlo externo, ao nível dos nossos respectivos países, sejam um real valor acrescentado à OISC-CPLP; Posto tudo o que antecede, sugiro, com a máxima urgência, impulsionemos o seguinte:

- § capacitação dos nossos quadros;
- § incorporação de novos conceitos e formas de fiscalização à luz dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- § diminuição do fosso do desenvolvimento entre as ISCs;



§ aposta nas novas tecnologias e Inteligência Artificial como ferramentas de eficiência;

§ e, a partir daqui termos, uma voz mais audível no panorama internacional, sobre os temas de interesse comum, especialmente, ao nível da INTOSAI.

Esses são apenas alguns dos principais eixos que nos propomos desenvolver durante o nosso mandato, sempre com a colaboração activa de todos, ouvindo todos, partilhando com todos. Excelências; Minhas Senhoras e Meus senhores,

As reflexões que hoje, aqui, se iniciam, são por tudo isso, um exercício essencial. Em primeiro lugar, por tratar-se de uma iniciativa dos próprios “protagonistas”, realizando encontros que promovam o debate interno; o debate entre pares, e uma assembleia aberta para quem se interroga; e quem quer fazer melhor aquilo que não sendo coisa sua, é o seu *modus operandi*: fiscalizar a legalidade das finanças e políticas públicas e julgar as contas que a lei sujeitar à sua jurisdição.

Em segundo lugar, trata-se de uma assembleia que se baseia em reflexões prévias dos interessados, e será, seguramente, um exercício de auto e hétéro-interpelação e, sobretudo, um exercício de amadurecimento da nossa experiência institucional.

Finalmente, porque a oportunidade é, também, temporalmente perfeita; No ano em que Angola comemora 50 anos da sua independência, um evento que materialmente teve início ontem, 30 de Setembro, mês do Herói Nacional, termino adaptando NETO, o Poeta Maior, o Poeta Lírico da Sagrada Esperança, que da sua pena saiu “Adeus a Hora da Largada”: “Mãe tu (nos) ensinaste a esperar como esperaste nas horas difíceis Mas a vida matou em (nós) essa mística esperança Eu já não espero sou aquele por quem se espera Somos (nós) minha Mãe: os cultores do Controlo Externo a esperança somos nós os teus filhos partidos para uma fé que alimenta a vida...”

Muito Obrigado!